

Vamos ficar esperando?

Francisco de Mello Franco*

"Se a sugestão é válida, estes dados, quanto sumários na sua aparência, já serão suficientes... Se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo, nem tomado o tempo de ninguém."

Mestre Lucio Costa — plano de Brasília

O leão já entrou na casa, transpôs os umbrais do vão que leva ao hall da escada, vai subindo a dita cuja. Lá em cima, dormem um brasileiro e uma brasileira, no quarto do corredor. Eles acompanham os passos do leão, pelos berros dos filhos, encarapitados sobre um armário, mas não acreditam. Ou acreditam, mas esperam que o vizinho chegue, armado, e mate o leão. Ocorre que o vizinho mal dá conta de cuidar de sua própria casa, que está sendo assaltada. E ai? Faltam a decisão e a arma: não dá mais para esperar!

A degringolada de nossa economia não está mais sujeita a dúvidas. Já são os professores universitários, os técnicos do governo, os ministros, que se referem a ela. Na reunião do Inpes, a ministra do Trabalho participou do consenso de que, se nada de consistente for feito, a hiperinflação virá ainda neste ano; um ex-presidente do Banerj, bom economista, diz a respeito que... "a principal divergência está na data"; o ministro da Fazenda mostra-se apreensivo e inseguro, quando se refere a uma "estabilização" da inflação, em 40% ao mês (!), lembrando, contudo, que esse ótimo resultado só poderá ser atingido, se o clima psicológico ajudar, mas, que se os formadores de opinião pública permanecerem pessimistas, a hiper virá mesmo.

Parece que, na visão do ministro, aqueles formadores de opinião são os líderes empresariais, sindicais, economistas, editores de jornais e televisão. Não são, pois, os distantes patrícios, não: estes são consumidores, apenas, que não se acredita terem opinião sobre preços, antes de ouvirem os patrões, participarem de reuniões em seus sindicatos, ou lerem jornais. E também não devem ter, é claro, opinião própria sobre o governo.

De qualquer forma, essa população sem opinião já vai, rapidamente, se organizando para sobreviver. As notícias sobre a economia informal, que corresponderia hoje, no Brasil, a cerca de 40% do produto nacional, são impressionantes, mostrando o estado de anarquia em que já penetramos e o grau avançadíssimo do desprestígio do governo.

Ora, é preciso levantar da cama, e enfrentar o leão, que já vem entrando no quarto. Esperar o quê mais? E, implacavelmente, a iniciativa continua cabendo ao governo, desde que tenha as doses necessárias de rapidez e humildade, além de uma réstia de luz, que lhe ilumine os passos. Primeiro, a decisão de agir. Prontamente. Depois, apanhar a arma. Mas qual a arma?

É aí que reside o perigo. Novo choque? Política monetária rígida? Política fiscal violenta? Austeridade nos gastos públicos? Heterodoxia ou ortodoxia? Iremos discutir esses caminhos, como já temos feito, desde quando o leão estava no jardim, entrava na sala, comia o ca-

chorro, caminhava pelo hall? Mas será que ainda temos que provar defesas que não servem, porque na realidade não são armas, e sim munição? A arma, que precisamos ter em mãos, para usar qualquer munição, é a política: não existe outra, é inútil a tola insistência tecnocrática.

E como a política deve ser acionada? Através da correta compreensão do fato político, que aponta para a substituição do governo. Veja-se a Argentina, que exigiu a renúncia de Alfonsin; veja-se o mais terrível dos exemplos, na Alemanha de 1922; lembre-se de Roosevelt, no *New Deal*, e das correções de rumos da Revolução dos Cravos; ou de tantos e tantos casos outros.

Seria Sarney trocar seus ministros? Quem aceitaria substitui-los, e para quê? Seria Sarney renunciar? Mas ele não conseguiria com isso senão agravar a crise, atropelando a sucessão, para entronizar uma situação nova, mas terrivelmente improvisada e inábil. Como então substituir o governo?

Só ocorre uma forma de fazê-lo: através da instituição de um governo congressual de fato. Os poderes do presidente são tais, no sistema presidencial-imperial brasileiro, que ele pode tudo, inclusive indicar um chefe de governo ao Congresso, para que uma maioria se organize com condições políticas que lhe permitam usar a munição disponível, com aceitação pública. Nada, nenhum instrumento de ação econômica funcionará sem essa aceitação pública. E essa, dada a gravidade da situação, somente se poderá ainda obter com a participação do Congresso, pois o governo, tal como composto hoje, tem a desconfiança da nação, expressa na insubordinação econômica, já manifestada por tantas demonstrações, e prestes a explodir na deradeira delas, que é a hiperinflação.

Com um governo congressual forte, poderemos ter a esperança de fugir ao desastre e aguardar as eleições de novembro. Se não organizarmos uma maioria e um governo que possa agir, o desastre será no Brasil muitíssimo mais grave do que na Argentina, pois o desabastecimento entre nós levaria à fome numa velocidade muito maior, pelo incêndio produzido numa população combustível de 65% de brasileiros e brasileiras que ganham um salário mínimo ou menos, mensalmente, de acordo com as análises minuciosas de Hélio Jaguaribe, no punhento retrato que faz de nossa realidade social. Aqui, na primeira onda de revolta, haveria os saques; depois, seria o fechamento do comércio e o desabastecimento; o movimento final da fome desnorteada e generalizada seria catastrófico.

Temos que perseguir a formação imediata de um governo que tenha apoio, que tenha armas. Haverá outro, que não o congressual, que não o parlamento organizado em governo? Conferi a sugestão com o velho Afonso Arinos, que a considerou factível; eu a conferi com a desordem atual, e a surpreendi como uma possível melhoria; pesquisei seus riscos, e não os divisei; comparei com as previsões que hoje se podem antecipar, e me aliviei.

Se o Congresso, entretanto, não for competente para formar a maioria, dará prova de definitiva inépcia. Aí, sim, será difícil ver outra saída: então poderemos, afinal, deixar o leão entrar no quarto, e, melancolicamente, lhe desejar bom apetite.